

Banco Komatsu do Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras de 30 de
junho de 2021 e 2020

ÍNDICE

Relatório da Administração	3
Apresentação de Desempenho	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanco Patrimonial	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., correspondente às atividades desenvolvidas durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ouvidoria

O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução nº4.860/20, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços.

Desempenho

O Banco Komatsu tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos distribuídas pelo grupo Komatsu no Brasil.

O valor presente da carteira de operações de crédito e arrendamento financeiro no encerramento do 1º semestre de 2021, foi de R\$ 435 milhões.

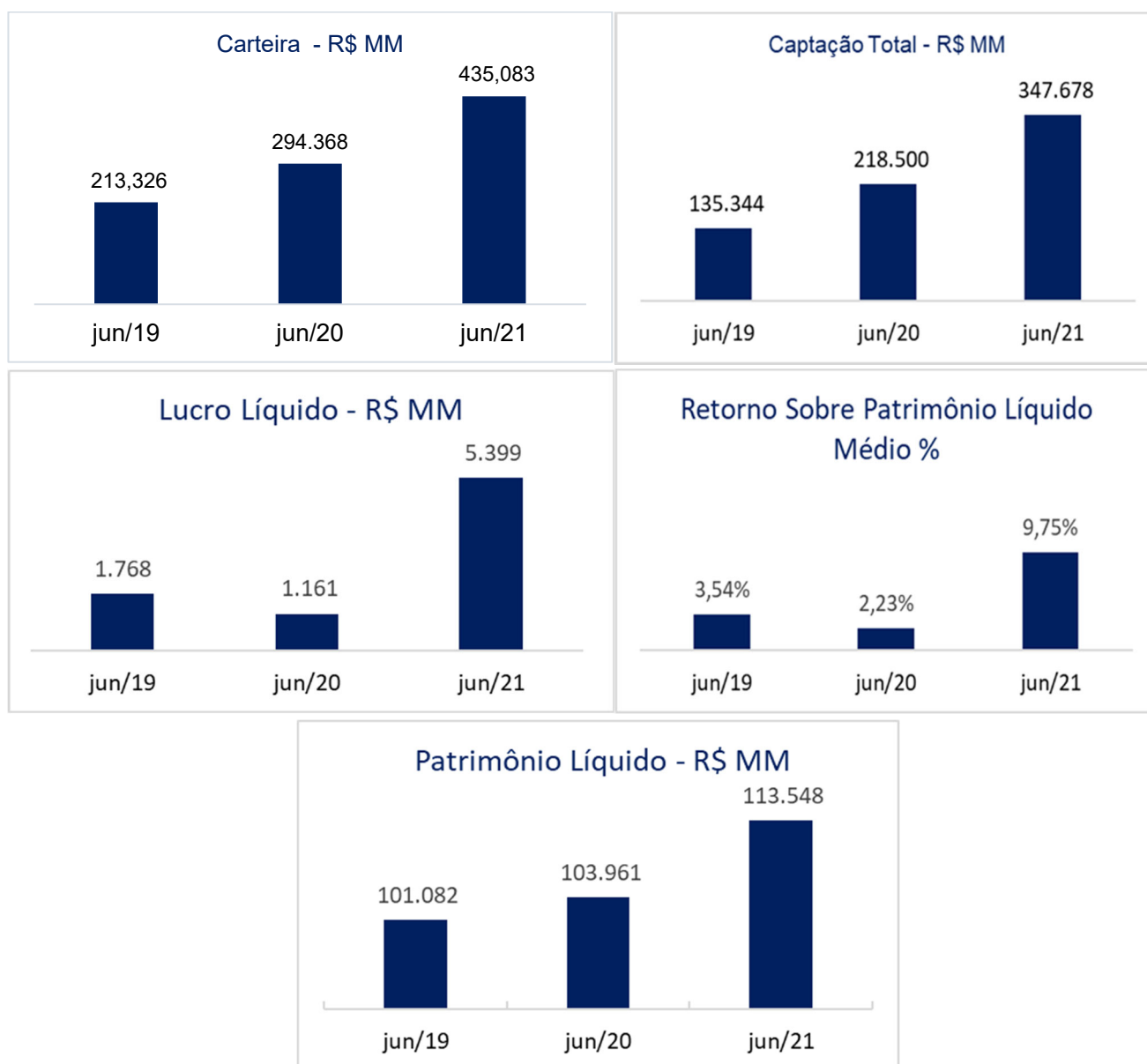
O lucro líquido no 1º semestre de 2021, após a dedução da provisão para imposto de renda e da contribuição social, foi de R\$ 5,4 milhões. O patrimônio líquido no 1º semestre de 2021 totalizava R\$ 114 milhões, com o índice de Basileia de 24%.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A Administração

São Paulo, 24 de agosto de 2021.

Apresentação de Desempenho do Banco Komatsu




KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do
Banco Komatsu do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

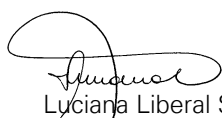
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-14428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP 198502/O-8

Balço Patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

ATIVO	NOTA	jun-21	jun-20	dez-20
Disponibilidades	5	22.311	29.492	23.342
Ativos Financeiros		429.376	294.487	359.777
Instrumentos Financeiros Derivativos	6a	-	4.935	2.544
Operações de Crédito	7	428.861	288.992	356.682
Operações de Crédito		422.590	273.905	346.269
Operações de Arrendamento Mercantil		12.493	20.463	15.477
(Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito)		(6.222)	(5.376)	(5.064)
Outros Ativos Financeiros	8	515	560	551
Ativos Fiscais	17	8.723	5.171	8.017
Ativos Tributários Correntes		4.948	1.961	5.323
Crédito Tributário		3.775	3.210	2.694
Imobilizado de Uso	10	646	660	638
Outras imobilizações de uso		1.161	1.110	1.100
(Depreciação acumulada)		(515)	(450)	(462)
Outros Ativos	9	16.398	5.361	2.738
TOTAL DO ATIVO		477.454	335.171	394.512
PASSIVO				
	NOTA	jun-21	jun-20	dez-20
Passivos Financeiros		347.678	218.500	271.008
Depósitos	11	208.461	159.242	158.048
Obrigações p/Empréstimos no Exterior e no Pa	12	119.206	54.678	100.078
Obrigações p/ Repasses País - Instituições Ofic	13	2.438	4.580	3.698
Instrumentos Financeiros Derivativos	6a	17.573	-	9.184
Outros Passivos	14	3.271	2.726	2.620
Passivos Fiscais	17	6.949	5.268	7.707
Passivos Tributários Correntes		5.108	3.416	6.030
Obrigações Fiscais Diferidas		1.841	1.852	1.677
Resultado de Exercícios Futuros	22e	6.009	4.716	5.144
Resultado de Exercícios Futuros		6.009	4.716	5.144
Patrimônio Líquido		113.547	103.961	108.033
Capital Social	15a	100.000	100.000	100.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	6c	(88)	(361)	(203)
Reserva Legal		763	298	494
Reserva para Expansão		12.872	4.024	7.742
TOTAL DO PASSIVO		477.454	335.171	394.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado de 30 de junho de 2021 e 2020

	NOTA	jun-21	jun-20
Receitas da Intermediação Financeira		36.848	34.318
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	7b	24.792	20.650
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	388	508
Rendas c/ Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	11.668	13.160
Despesas da Intermediação Financeira		(45.981)	(22.074)
Operações de Captação de Mercado		(3.509)	(4.052)
Operações de Empréstimos e Repasses		(14.665)	(13.874)
Operações de Arrendamento Financeiro		(3.055)	(4.148)
Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	(24.752)	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(9.133)	12.244
Resultado de Provisão para Perdas		(1.548)	(3.988)
(Provisão) para perdas associadas ao risco de crédito		(1.548)	(3.204)
Desvalorização de Bens não de Uso	3e	-	(784)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		20.116	(6.263)
Receitas de Prestação de Serviços	21a	259	194
Despesas Tributárias	21a	(1.046)	(37)
Outras Receitas Operacionais	21a	26.277	(662)
Despesas de Pessoal	21d	(1.839)	(2.167)
Despesas de Honorários de Diretoria	21d	(1.724)	(1.764)
Outras Despesas Administrativas	21c	(1.811)	(1.827)
Resultado Operacional		9.435	1.993
Outras Receitas e (Despesas)	21b	(38)	186
Resultado antes da Tributação		9.397	2.179
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(3.848)	(979)
Provisão para Imposto de Renda		(2.630)	(1.476)
Provisão para Contribuição Social		(2.214)	(1.190)
Impostos Diferidos		996	1.687
Participação nos Lucros		(150)	(39)
Resultado do Período		5.399	1.161
Lucro líquido por ação		0,05399	0,01161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido de 30 de junho de 2021 e 2020

	Reservas de Lucros					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Ajuste de Avalia�o Patrimonial	Resultado Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	100.000	240	2.921	(89)	-	103.072
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	1.161	1.161
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	-	58	-	-	(58)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.103	-	(1.103)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Instrumentos Financeiros Derivativos, Líquido de Impostos	-	-	-	(272)	-	(272)
Saldos em 30 de junho de 2020	100.000	298	4.024	(361)	-	103.961
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.000	494	7.742	(203)	-	108.033
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	5.399	5.399
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	-	269	-	-	(269)	-
Reserva de Expansão	-	-	5.130	-	(5.130)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Instrumentos Financeiros Derivativos, Líquido de Impostos	-	-	-	115	-	115
Saldos em 30 de junho de 2021	100.000	763	12.872	(88)	-	113.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente de 30 de junho de 2021 e 2020

	jun-21	jun-20
Resultado Líquido do Período	5.399	1.161
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	115	272
Hedge de fluxo de caixa	115	272
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	193	495
Efeito fiscal	(78)	(223)
Resultado Abrangente	5.514	1.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa de 30 de junho de 2021 e 2020

	NOTA	jun-21	jun-20
RESULTADO DO PERÍODO		5.399	1.161
Ajustes ao Resultado:		3.751	2.152
Depreciação de Imobilizado	21c	85	95
Depreciação de Arrendamento Financeiro		3.055	542
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito		1.548	3.204
Insuperveniência de Depreciação		653	(182)
Provisão p/Desvalorização com Bens não de Uso Próprio		-	783
Resultado na Alienação de Outros Valores e Bens		38	(154)
Resultado na Alienação de Arrendamento Financeiro		-	(670)
Resultado na Alienação de Venda de Imobilizado		-	(6)
Resultado MTM dos Instru.Finan.Derivativos		(115)	272
Impostos Diferidos		(1.159)	(1.732)
Recuperação de Créditos		(354)	-
Perda operacional		-	-
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		9.150	3.313
Variações Patrimoniais			
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		(88.107)	(69.967)
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.544	(3.623)
Operações de Crédito		(76.322)	(64.382)
Operações de Arrendamento Financeiro		-	4.709
Outros Ativos		(14.329)	(6.671)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		78.011	71.104
Depósitos Interfinanceiros		50.363	44.160
Depósitos a Prazo		50	68
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.390	-
Obrigações p/ Empréstimos e Repasses		(1.260)	(1.333)
Obrigações p/ Empréstimos no Exterior		19.128	26.218
Outros Passivos		474	1.880
Resultados de Exercícios Futuros		866	111
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(946)	4.450
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(85)	(35)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(167)	(259)
Baixa de Imobilizado de Uso		82	224
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.031)	4.415
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		23.342	25.078
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		22.311	29.493
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.031)	4.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco Komatsu ou Banco) está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu Brasil International Ltda. e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC e Arrendamento Financeiro. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

Resolução nº 4.144/12	Estrutura Conceitual p/Elaboração e Divulgação Relat. Contábil- Financeiro	CPC 00
Resolução nº 3.566/08	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01
Resolução nº 4.524/16	Efeitos das mudanças taxas câmbio e conversão de demonst. contábeis	CPC 02
Resolução nº 4.720/19	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03
Resolução nº 4.534/16	Ativo intangível	CPC 04
Resolução nº 4.636/18	Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05
Resolução nº 3.989/11	Pagamento Baseado em Ações	CPC 10
Resolução nº 4.007/11	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
Resolução nº 3.973/11	Evento Subsequente	CPC 24
Resolução nº 3.823/09	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25
Resolução nº 4.535/16	Ativo Imobilizado	CPC 27
Resolução nº 4.424/15	Benefícios a Empregados	CPC 33
Resolução nº 4.748/19	Mensuração do valor justo	CPC 46

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 23/08/2021.

Mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 estabelecendo mudanças na apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos as principais mudanças:

- **Balanco Patrimonial**

- Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito de arrendamento financeiro), passivos financeiros, ativos e passivos fiscais.

- **Demonstração do Resultado**

- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha
- “Resultado de provisão para perdas”;
- Mudança da alocação do “Resultado de provisão para perdas” passando a ser apresentado logo após “Resultado bruto da intermediação financeira”;
- Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados “Outras receitas” ou “Outras despesas”.
- Benefícios e Empregados, tem como objetivo estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, estabelece que a entidade reconheça:
Um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e
Uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.
- Obrigações sociais e Trabalhistas estabelece reconhecimento mensal das obrigações relativas a férias, décimo terceiro salário, licenças-prêmio e demais encargos conhecidos ou calculáveis, deve ser incluídos os valores decorrentes de aumento salarial futuro previsto em lei, contrato ou convenção coletiva de trabalho e na política interna da instituição.

- **Notas Explicativas**

- Inclusão da nota explicativa 4 “Principais julgamentos e estimativas contábeis”, onde é descrita a aplicação de certas premissas e julgamentos sobre elementos patrimoniais que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre estas Demonstrações Financeiras.
- Determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.
- Será necessário apresentar nas notas explicativas tanto os ativos quanto passivos fiscais diferidos. Até dezembro 2020, a solicitação era apenas para divulgação dos Créditos Tributários.
- Inclusão da nota explicativa 19c “Análise de sensibilidade” que tratam sobre assuntos como incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos contábeis possam sobre alterações significativas no próximo exercício social; A gestão de capital como dados relevantes sobre os elementos incluídos na gestão de capital; a remuneração do capital declarada ou proposta; e os instrumentos elegíveis a capital.
- Divulgação atualizada em nota explicativa considerando as alterações oriundas da mudança de alíquota da CS.

- **Apresentação dos Saldos Comparativos**

- Para melhor apresentação e comparabilidade nestas demonstrações financeiras, os saldos comparativos de 2020 refletem as mudanças mencionadas acima.

3. Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “*pro rata*” dia.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período;
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil; e
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (**Nota 5**).

c. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para “*hedge*” (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“*hedge*”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de Risco de Mercado** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Hedge de Fluxo de Caixa** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do “*hedge*” registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período (**Nota 6**).

Os Instrumentos Financeiros Derivativos que não atendam aos critérios do “*hedge*” têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

d. Operações de Crédito – Operações de Crédito, de Arrendamento Financeiro e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento financeiro são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Excepcionalmente, a instituição constituiu uma provisão adicional para perdas de crédito em 2020 no valor de R\$ 1.165, foram levados em consideração para esta provisão adicional a possível inadimplência dos nossos cliente diante do momento da economia: crise sistêmica no mercado de crédito, eventos extraordinários que impliquem em maior risco de inadimplência no mercado ou tendência de aumento da inadimplência da carteira da instituição, a ser observada por 6 meses consecutivos de aumento da inadimplência (clientes com atrasos superiores a 30 dias).

Para o ano de 2021 a instituição mudou o critério de cálculo da provisão adicional, aquedando melhor os ratings dos seus clientes dando uma melhor transparência em sua análise e foi revertida a posição inicial de (R\$ 1.165).

Com o objetivo de atenuar impactos da covid-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação

relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/19 (**Nota 7**).

e. Outros Ativos – Outros Valores e Bens

Bens não de Uso Próprio

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:

- Bens com valor superior a R\$ 51.100,00 - são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada a instituição;
- Bens com valor entre R\$ 25.550,00 e R\$ 51.100,00 – são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.550,00 – são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante de crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

O Banco avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a instituição estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em “Resultado de Provisão para Perdas associadas ao risco de crédito”.

Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço que ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas (**Nota 9**).

f. Imobilizado de Uso

Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens (**Nota 10**).

A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução nº 4.535/16 do BACEN, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para seu funcionamento.

Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem no período do tempo durante o qual o Banco Komatsu espera utilizar o ativo.

g. Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos (Impairment)

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução nº 3.566/08, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização. Em 30 de junho de 2021 e 2020 não foram identificadas perdas por *Impairment*.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais” e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Com base na Resolução CMN nº 4.842 de 30.07.2020, os resultados tributáveis históricos e projeções de prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização desses ativos.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, (até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019 e voltando a 20% a partir de março de 2020 de acordo com o art. 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019), sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda.

A Medida Provisória nº 1.034/21 alterou a Lei nº 7.689/88 e a Lei Complementar nº 105/01 em seu Artigo 1º- Inciso I, majorando a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os Bancos, de 20% para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período para o Banco (**Nota 17**).

i. Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

j. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

k. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

Em 30 de junho de 2021 o Banco não possui Ativos e Passivos Contingentes.

l. Benefícios a Empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são, efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15. Em consonância com o Regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida no resultado do período.

Os valores referentes a participação nos lucros (PLR) de diretores e empregados são reconhecidos em “Outros Passivos – Provisão para Participação nos Lucros” em contrapartida ao resultado, em “Participação de Empregados e Administradores nos Lucros e Resultado”.

m. Depósitos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de Fluxo de Caixa são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

n. Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base “*pro rata*” dia.

o. Resultado Recorrente / Não Recorrente

As políticas internas do semestre de 2021 consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteira comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no semestre de 2021, no montante de R\$ 5.399, foi obtido com base em resultados recorrentes, a não ser a majoração da Contribuição Social que no segundo semestre passará de 20% para 25% para os Bancos.

	jun-21	jun-20
Lucro líquido dos semestres	5.399	1.161
Resultado não recorrente		
Majoração da alíquota da CSLL no Corrente e reflexo no Diferido	(270)	-
Lucro líquido recorrente	5.129	1.161

4. Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento financeiro

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução nº 2.682/19.

A instituição constitui provisão adicional para perdas de crédito, mediante ao cenário de crise no mercado de crédito, a qual segue os critérios da política interna de operações de créditos, que cita inclusive, eventos extraordinários que impliquem em maior risco de inadimplência da carteira de crédito.

Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na (Nota 7).

b. Créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias do Banco, devidamente aprovada pela diretoria. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as demonstrações financeiras.

O detalhamento para a realização de créditos tributários está apresentado na (Nota 17).

c. Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas demonstrações financeiras

Os impactos econômicos no Brasil e no mundo resultantes das medidas tomadas para conter a disseminação da covid-19 são de difícil mensuração. Os efeitos da covid-19, à medida que possam ser mensurados e incorporados nos julgamentos e estimativas contábeis mencionados nesta nota explicativa, poderão produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Os possíveis impactos que poderão ser observados são aumento do risco de crédito de clientes por inadimplência nos pagamentos e consequente aumento de provisões para perdas esperadas em ativos financeiros, volatilidade e redução no valor justo dos títulos e valores mobiliários, variações significativas no valor justo de instrumentos financeiros derivativos.

Com base no descrito acima o Banco realizou uma análise de sua carteira e efetuou uma provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 7f).

O Banco vem acompanhando diariamente a evolução das suas operações que inclui o monitoramento das posições dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado de seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações.

Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto, e estímulo ao uso dos canais digitais.

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central têm adotado medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia e garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Dentre elas, a flexibilização dos critérios de caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gestão do risco de crédito e a concessão de empréstimos a instituições financeiras por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez contribuirão para amenizar os impactos decorrentes da pandemia.

d. Mensuração do Valor Justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor da liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 4.818/20 do CMN, apresentado na demonstração do fluxo de caixa está constituído por:

a. Disponibilidade	jun-21	dez-20
Disponibilidades	1.251	17
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (a)	21.060	23.325
TOTAL	22.311	23.342

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	jun-21	jun-20
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	388	508
TOTAL	388	508

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Composição da Carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos

jun-21				
Passivo	Valor de Custo	Ajuste ao Valor Justo (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Diferencial a Pagar	Custódia
Contrato Swap - Ajuste a Pagar	49.957	51.549	(1.592)	Cetip
Contrato Swap - Ajuste a Pagar	24.983	27.424	(2.441)	
Contrato NDF - NON Deliverable Forward (a)	24.050	31.325	(7.275)	
Contrato NDF - NON Deliverable Forward (b)	20.216	26.481	(6.265)	
Total NDF a Pagar	119.206	136.779	(17.573)	
Total Derivativos	119.206			

dez-20				
Ativo	Valor de Custo	Ajuste ao Valor Justo (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Marcação a mercado	Custódia
Contratos Swap - Ajuste a Receber	52.000	49.456	2.544	Cetip
Total Swap a Receber	52.000	49.456	2.544	
Total Derivativos	52.000			

dez-20				
Passivo	Valor de Custo	Ajuste ao Valor Justo (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Diferencial a Pagar	Custódia
Contrato NDF - NON Deliverable Forward (a)	26.148	30.860	(4.712)	Cetip
Contrato NDF - NON Deliverable Forward (b)	21.930	26.402	(4.472)	
Total NDF a Pagar	48.078	57.262	(9.184)	
Total Derivativos	100.078			

(a) Refere-se a operações com vencimentos dentro de 1 ano.

(b) Refere-se a operações com vencimentos acima de 1 ano.

Para as categorias "Títulos para Negociação", "Títulos Disponíveis para Venda" e "Instrumentos Financeiros Derivativos", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios:

Com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros apurados com base nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, e destina-se a atender as necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição e riscos de mercado, moeda e juros.

Em 30 de junho de 2021 e 2020, o Banco não apresentava títulos classificados como "Títulos Disponíveis para Venda e Negociação".

b. Hedge de Fluxo de Caixa e Risco de Mercado

Conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como "Hedge" são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "Hedge" de risco de mercado caso se destinem

a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como “Hedge” de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

O resultado da marcação a mercado da estrutura designada como “Hedge” de risco de fluxo de caixa está contabilizado no patrimônio líquido, correspondendo um débito no montante de (R\$ 88) e (R\$ 203) líquidos dos efeitos tributários em 30 de junho de 2021 e de 2020, respectivamente.

O “Hedge” é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de “Hedge” num intervalo entre 80% à 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos “Hedges” de risco de fluxo de caixa é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

jun-21

Valor Nominal	Objetos de Hedge						
	Valor Contábil		Valor Justo		Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido	Inefetividade do Hedge reconhecida no Resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Hedge de Fluxo de Caixa							
Hedge de Captações							
Contratos de Swap6	51.190	-	49.957	-	49.957	(488)	-
Contratos de Swap4	27.250	-	24.983	-	24.983	(223)	-
Contrato NDF1 - NON Deliverable Forward	30.000	-	24.050	-	30.000	-	(2.868)
Contrato NDF2 - NON Deliverable Forward	25.004	-	20.216	-	25.004	-	(2.250)
Total	133.444	-	119.206	-	129.944	(711)	(5.118)

jun-21

Valor Nominal	Instrumentos de Hedge						
	Valor Contábil		Valor Justo		Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido	Inefetividade do Hedge reconhecida no Resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Contratos de Swap6	49.000	-	1.592	-	51.352	197	-
Contratos de Swap4	27.250	-	2.441	-	27.476	(53)	-
Contrato NDF1 - NON Deliverable Forward	30.758		7.275		30.758	-	(3.477)
Contrato NDF2 - NON Deliverable Forward	26.441		6.265		26.442	-	(2.547)
Total	133.449	-	17.573	-	136.028	144	(6.024)

dez-20

Valor Nominal	Objetos de Hedge						
	Valor Contábil		Valor Justo		Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido	Inefetividade do Hedge reconhecida no Resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Hedge de Fluxo de Caixa							
Hedge de Captações							
Contratos de Swap	49.000	-	52.000	-	52.000	(1)	-
Contrato NDF1 - NON Deliverable Forward	30.000	-	26.148	-	30.000	1.605	341
Contrato NDF2 - NON Deliverable Forward	25.004	-	21.930	-	25.004	-	1.495
Total	104.004	100.078	107.004	107.004	103.562	1.604	1.836

dez-20

Instrumentos de Hedge

	Valor Nominal	Valor Contábil		Valor Justo		Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido	Inefetividade do Hedge reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Contratos de Swap	49.000	2.544	-	49.087	-	49.455	(368)	-
Contrato NDF1 - NON Deliverable Forward	30.758	-	4.712	-	30.758	28.472	(1.605)	(681)
Contrato NDF2 - NON Deliverable Forward	26.442	-	4.472	-	26.442	24.532	-	(1.910)
Total	106.200	2.544	9.184	49.087	57.200	102.459	(1.973)	(2.591)

c. Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos Ajuste ao Patrimônio Líquido

jun-21

Saldo anterior	(203)
Ajuste ao PL MTM - Diferencial Derivativos	4.303
Ajuste ao PL MTM - Empréstimos Exterior	(4.110)
Ajuste ao PL MTM antes dos impostos	193
Impostos IR/CS	(78)
Movimento do Ajuste de Avaliação Patrimonial	115
Total do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(88)

dez-20

Saldo anterior	(89)
Ajuste ao PL MTM - Diferencial Derivativos	(3.745)
Ajuste ao PL MTM - Empréstimos Exterior	3.537
Ajuste ao PL MTM antes dos impostos	(208)
Impostos IR/CS	94
Movimento do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(114)
Total do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(203)

d. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	jun-21	jun-20
Rendas com Operações com Derivativos	11.668	13.160
Despesas com Operações com Derivativos	(24.752)	-
	(13.084)	13.160

7. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a. Composição das Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

	jun-21		dez-20	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC PRE	420.099	96,6	342.500	94,7
Operações Financiamento - FINAME	2.491	0,6	3.769	1,0
Operações de Arrendamento Financeiro (1)	12.493	2,9	15.477	4,3
TOTAL	435.083	100,0	361.746	100,0

(1) A carteira está representada pelas operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totaliza R\$ 12.493 em 30 de junho de 2021 e R\$ 15.477 em 31 de dezembro de 2020, conforme abaixo:

	jun-21	dez-20
Arrendamento a Receber	13.291	16.502
(Renda a apropriar de Arrendamento Financeiro)	(13.291)	(16.502)
Imobil. de Arrend. Líquido de Depreciação	15.930	18.332
Credores por Antecipação de Valor Residual	(3.437)	(2.855)
Valor Presente de Arrendamento Financeiro	12.493	15.477

b. Rendas de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

Operações de Crédito	jun-21	jun-20
Operações Financiamento - CDC PRE	20.739	14.858
Financiamento - FINAME	181	280
Operações de Arrendamento Financeiro	3.872	5.512
TOTAL	24.792	20.650

c. Composição por Setor de Atividade de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

	jun-21		dez-20	
Setor Privado	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	32.860	7,6	23.469	6,5
Pessoa Jurídica	402.223	92,4	338.277	93,5
Serviços	154.191	35,4	148.519	41,1
Comércio	212.925	48,9	161.726	44,6
Rural	1.674	0,4	1.267	0,4
Indústria	31.096	7,1	25.145	7,0
Empresariais	2.337	0,5	1.620	0,4
TOTAL	435.083	100,0	361.746	100,0

d. Concentração dos principais devedores

	jun-21		dez-20	
	Valor	%	Valor	%
Principal Devedor	23.186	5,3	20.053	5,5
10 Maiores Devedores	79.565	18,3	94.878	26,2
50 Maiores Devedores	126.779	29,1	104.212	28,8
100 Maiores Devedores	82.599	19,0	58.360	16,1
Demais Devedores	122.954	28,3	84.243	23,3
TOTAL	435.083	100,0	361.746	100,0

Os valores apresentados por Maiores Devedores não são cumulativos entre si.

e. Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro por Faixas de Vencimentos

	jun-21		dez-20	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	942	0,2	290	0,1
A Vencer até 30 Dias	17.897	4,1	13.037	3,6
A Vencer de 31 a 60 Dias	16.124	3,7	13.620	3,8
A Vencer de 61 a 90 Dias	15.851	3,6	13.170	3,6
A Vencer de 91 a 180 Dias	48.475	11,1	37.824	10,5
A Vencer de 181 a 360 Dias	83.980	19,3	68.269	18,9
A Vencer acima de 361 Dias	251.814	57,9	215.536	59,6
TOTAL	435.083	100,0	361.746	100,0

(1) O Banco possui operações de crédito vencidas há mais que 90 dias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

f. Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Níveis de Risco	% Provisão Mínima Exigida	% Provisão Adicional	jun-21		dez-20	
			Valor Operações de Crédito	Provisão	Valor Operações de Crédito	Provisão
AA	0,00	0,00	-	-	-	-
A	0,50	0,13	127.277	802	115.846	579
B	1,00	0,50	298.743	4.481	237.149	2.372
C	3,00	1,75	7.900	375	7.902	237
D	10,00	5,00	705	106	-	-
E	30,00	5,00	-	-	-	-
F	50,00	5,00	-	-	-	-
G	70,00	7,50	-	-	459	321
H	100,00		458	458	390	390
Adicional (1)					-	1.165
TOTAL			435.083	6.222	361.746	5.064

(1) Provisão adicional constituída de acordo com a metodologia que englobou toda a carteira de crédito de 31/12/2020.

g. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	jun-21	dez-20
Saldo Inicial	5.064	2.172
Constituição de Provisão	2.713	3.241
Reversão de Provisão (1)	(1.165)	(163)
Baixa para Prejuízo	(390)	(186)
Recuperação Cred.Baixados p/Prejuízo	354	
Saldo Final	6.222	5.064

(1) Reversão de Provisão da PDD adicional em 2020 referente a mudança de metodologia em 2021 (Nota 3d)

O Banco possui operações baixadas para prejuízo em 30 de junho de 2021 no montante de R\$ 390 e em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 186, e créditos recuperados no montante de R\$ 354 em 30 de junho de 2021.

8. Outros Ativos Financeiros

	jun-21	dez-20
Rendas a Receber ⁽¹⁾	515	551
TOTAL	515	551

(1) Refere-se a valores a receber de subsídio.

9. Outros Ativos

	jun-21	dez-20
Bens Não de Uso Próprio	15.751	776
Máquinas e Equipamentos	15.751	776
Despesas Antecipadas	143	23
Despesas Antecipadas (1)	143	23
Adiantamentos Diversos (2)	504	1.939
TOTAL	16.398	2.738

(1) Refere-se a Despesas antecipadas de serviços prestados de terceiros.

(2) Refere-se a Adiantamentos a 13º Salário e a Valores a Receber de empresas ligadas do Grupo.

10. Imobilizado de Uso

	jun-21			dez-20		
Itens imobilizado de Uso	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Mobiliários Moveis e Equipamentos	436	(227)	209	413	(201)	212
Veículos	725	(288)	437	687	(261)	426
TOTAL	1.161	(515)	646	1.100	(462)	638

11. Depósitos

Os Depósitos a Prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada em DI, e os Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) estão classificados de acordo com seus vencimentos com taxa pré-fixada em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

a) Depósitos - por Prazo de Exigibilidade

	jun-21			dez-20		
	até 360 dias	Acima de 360	Total	até 360 dias	Acima de 360	Total
Depósitos Interfinanceiros						
CDI -Pré não Ligada (1)	176.846	25.906	202.752	126.998	25.391	152.389
Depósitos a Prazo						
CDB -Pós Ligada (1)	-	5.709	5.709	-	5.659	5.659
Total	176.846	31.615	208.461	126.998	31.050	158.048

(1) Os Depósitos a Prazo e Interfinanceiros tem liquidez diária e podem ser resgatados a qualquer momento sem ônus à Instituição.

12. Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País

Obrigações por empréstimos no exterior, são representadas por recursos em moeda estrangeira, sobre os quais incidem encargos financeiros acrescidos de juros no montante de R\$ 119.206 em 30 de junho de 2021 e R\$ 100.078 em 31 de dezembro de 2020.

	jun-21				
	Principal	Curva	Mercado	Valor Contábil	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País					
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Objeto de Hedge	78.498	74.229	74.940	74.940	(711)
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Não Objeto de Hedge	55.627	49.385	44.266	44.266	-
Valor Total	134.125	123.614	119.206	119.206	(711)

	dez-20				
	Principal	Curva	Mercado	Valor Contábil	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior					
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Objeto de Hedge	70.141	80.092	78.147	78.147	1.945
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Não Objeto de Hedge	25.108	23.426	21.931	21.931	-
Valor Total	95.249	103.518	100.078	100.078	1.945

13. Obrigações por Repasses no País

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescido de juros conforme as políticas operacionais do BNDES com vencimento até outubro de 2024.

a. Obrigações por Repasses

No país - Instituições Oficiais

Programa	jun-21			dez-20		
	até 1 ano	1 a 3 anos	Total	até 1 ano	1 a 3 anos	Total
FINAME						
Pós- fixado	1.807	631	2.438	2.152	1.546	3.698

14. Outros Passivos

	jun-21	dez-20
Pagamento de Pessoal	2.418	2.261
Provisão Despesas Administrativas	103	63
Fornecedores	426	296
Diversos (1)	324	-
TOTAL	3.271	2.620

(1) IOF sobre Operações de Crédito

15. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de Reais), divididos em 100.000.000 (Cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que está alcance o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei. Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o mínimo de 25% será distribuído como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, devendo ter o destino que for determinado pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria.

A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, tenha direito a voto ou não, deliberar distribuição de dividendo e/ou remuneração sobre o capital próprio inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Reserva para Expansão

A Reserva para Expansão foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

16. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.818/20 do CMN, como segue:

Coligada do Grupo Controlador	jun-21	dez-20
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	572	751
Komatsu Brasil International Ltda.	515	551
Komatsu Mexico Ltda.	57	200
TOTAL	572	751
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	40	40
Komatsu Brasil International Ltda.	40	40
Depósito a Prazo - CDB	5.709	5.659
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	5.709	5.659
TOTAL	5.749	5.699
RESULTADO		
Rendas de Financiamento Subsidiado	2.242	4.646
Komatsu Brasil International Ltda.	2.242	4.646
Outras Despesas Administrativas (3)	(239)	(484)
Komatsu Brasil International Ltda.	(239)	(484)
Despesa de Depósito a Prazo	(68)	(146)
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	(68)	(146)
TOTAL	1.935	4.016

1. Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

2. Refere-se a pagamentos a efetuar conforme contrato de compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

3. Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

Remuneração dos administradores

De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores e gerências do Banco totalizam até R\$ 4.400 em 2021 e 2020.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	jun-21		jun-20	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes da Tributação	9.247	9.247	2.141	2.141
(+) Adições Permanentes	233	13	298	15
(+) Adições Temporárias	1.080	1.080	3.793	3.793
(-) Exclusões Temporárias	(653)	-	(182)	-
Resultado Antes da Compensação	9.907	10.340	6.050	5.949
Base de Cálculo IRPJ/CSLL		10.340	6.050	5.949
Alíquota Nominal (15% IRPJ)	1.486	-	907	-
Alíquota Nominal (10% adicional - IRPJ)	979	-	593	-
Total Imposto de Renda (antes incentivos)	2.465	-	1.500	-
(-) Incentivo Fiscal - PAT	(24)	-	(24)	-
Despesa Imposto de Renda Corrente	2.441	-	1.476	-
Alíquota Nominal (20% CSLL)	-	2.068	-	1.190
Total Imposto de Contribuição Social	-	2.068	-	1.190

b. Origem dos Créditos Tributários e das Obrigações Fiscais Diferidas

Créditos Tributários

	2020	Constituição	Realização	2021
IR e CSLL diferidos originados por:				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	2.235	876	-	3.111
Outras adições Temporárias	459	205	-	664
Total de Créditos Tributários s/diferenças temporárias	2.694	1.081	-	3.775

Obrigações Fiscais Diferidas

	2020	Constituição	Realização	2021
IR e CSLL diferidos originados por:				
Provisão de Superv. depreciação operações de arrend.mercantil	1.677	164	-	1.841
Total de Obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	1.677	164	-	1.841

Em 30 de junho de 2021 e 2020, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Ativos Fiscais e Passivos Fiscais", tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura deste estudo são:

- Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento da carteira de crédito e dos "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco; e
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c. Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 6 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de Realização
2021	826	775	22%
2022	716	669	19%
2023	926	869	25%
2024	649	610	17%
2025	364	342	10%
2026	178	167	5%
2027	116	109	3%
TOTAL	3.775	3.541	100%

18. Valor Justo dos Ativos e Passivos Financeiros

a. Determinação e Hierarquia do Valor Justo

O Banco Komatsu utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	<u>jun-21</u>	<u>dez-20</u>
Classificação contábil	Nível 2	Nível 2
Ativos Financeiros avaliados por seu valor justo:		
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	2.544
Passivos Financeiros avaliados por seu valor justo:		
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.573	-
Obrigações p/Empréstimos no Exterior	119.206	100.078

Em 30 de junho de 2021 e 2020, o Banco não possuía nenhum Ativo e Passivo Financeiros classificados nas categorias Nível 1 e Nível 3.

b. Método de Apuração do valor Justo

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de Ativo ou Passivo financeiros forem adotadas pelo mercado, estes são incluídos no nível 2.

19. Estrutura de Gerenciamento de Risco

Como em toda atividade bancária, as operações do Banco Komatsu do Brasil S.A. estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração da instituição considera a gestão de riscos e *compliance* essenciais para o bom desempenho e continuidade de negócios.

A área de gestão de riscos e *compliance* do Banco atua de maneira integrada e está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, de forma a atender às boas práticas de mercado e às disposições da regulamentação em vigor.

O processo de gerenciamento de riscos e *compliance* conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus Comitês.

O Banco possui um Comitê de Riscos e *Compliance* que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos da Instituição, aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos e relatórios de transparência estão disponíveis na aba Governança na página da Instituição na web, no endereço: www.bancokomatsu.com.br.

a. Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

O Banco utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como: a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

b. Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

Por se tratar de um banco de nicho, operando basicamente no financiamento de bens da própria marca para pessoas físicas e jurídicas, o perfil de exposição ao risco de mercado da instituição é conservador. Os investimentos da tesouraria são restritos ao excedente de caixa, estão disponíveis para venda e não possuem finalidade especulativa, sendo assim, são registrados na carteira de não negociação (Banking).

A instituição utiliza instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas operações, sujeitas a variação cambial. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa.

O capital mínimo requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN-IRRBB) é calculado mensalmente através da metodologia EVE (*Economic Value Equity*) de acordo com preceitos a Circular nº. 3.365/07 do BACEN.

c. Análise de Sensibilidade para Risco de Mercado

O objetivo da análise de sensibilidade é apoiar a alta administração do Banco, no que diz respeito ao entendimento sobre o potencial de impacto que certas situações, adversas ou não, provocariam no capital do Banco Komatsu.

Para realização da análise de sensibilidade é utilizada ferramenta sistêmica de análise de risco, onde se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco do Banco.

Por se tratar de um Banco que não possui apetite de risco para posições especulativas ou que sejam vinculadas a variação de moedas e preços de mercado, e que opera basicamente com posições ativas e passivas mantidas até o vencimento e classificados na carteira de não-negociação (*Banking*), a análise baseia-se em valorização ou desvalorização do capital da instituição, em decorrência de mudanças nas taxas de juros estruturais praticadas no mercado.

Tal análise se mostra eficaz, na medida em que as posições são majoritariamente compostas de operações de crédito, captações e investimento do excedente de caixa, cujo registro contábil é realizado pelas taxas pactuadas nas operações, ou seja, pelo valor justo. Diante desta característica, conclui-se que os efeitos das oscilações de taxa de juros são refletidos no patrimônio líquido do Banco e não no resultado. Existem também operações atreladas a instrumentos de *hedge*, que visam eliminar completamente os efeitos de oscilações de moeda estrangeira sobre o patrimônio do Banco.

Nos cenários analisados, os fluxos de caixa futuro das posições ativas e passivas são marcados a mercado nas respectivas datas-bases, de acordo com a curva de juros para cada fator de risco, informado pela B3 (ETTJ – Estrutura a Termos de Taxa de Juros).

Por fim, as exposições são calculadas pela diferença entre as posições ativas e passivas, cujos valores positivos representam exposições compradas e os valores negativos representam exposições vendidas.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Carteira Banking para as data-base de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

		jun-21			dez-20			
		Impactos no Capital			Impactos no Capital			
Fatores de risco	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Pré-fixado	112.883	4.833	(9.205)	(21.909)	130.256	4.010	(7.601)	(18.027)
SELIC	3	-	-	-	(105)	(1)	-	4
TJLP	29	-	-	(1)	(600)	(5)	9	23
CDI	15.414	-	(8)	(20)	17.812	(18)	-	75
Total	128.329	4.833	(9.213)	(21.930)	147.363	3.986	(7.592)	(17.925)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário realista com viés positivo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma redução de um ponto percentual (100 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento.
- Cenário 2: refere-se ao cenário realista com viés negativo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de dois pontos percentuais (200 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento.
- Cenário 3: refere-se ao cenário de estresse, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de cinco pontos percentuais (500 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento.

d. Risco de Liquidez

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

As políticas e procedimentos internos de gestão de riscos visam cobrir:

- Risco de liquidez operacional, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente às despesas administrativas;
- Risco de liquidez de financiamento, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente à contratação de novos negócios de acordo com o planejamento estratégico da Instituição;
- Risco de liquidez associado ao risco mercado, oriundo dos descasamentos entre ativos e passivos da Instituição.

Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição mínima de liquidez do Banco e possuem capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios tempestivos à administração que permitem tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

e. Risco Operacional

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco operacional, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

O processo de monitoramento do Risco Operacional envolve toda a estrutura do Banco, iniciando-se com os colaboradores que identificam os riscos, os gestores de processos que avaliam os riscos, passando pela área de gestão de risco e Comitê de Riscos e *compliance* que determinam as ações para sua mitigação.

Os trabalhos de Auditoria Interna complementam tal processo, devendo constar dos seus relatórios a avaliação do sistema de controles internos e riscos.

Em conjunto com a área de gestão de riscos e *compliance* às demais áreas de negócios do Banco são responsáveis pela elaboração e cronograma dos planos de ação, cuja finalidade são de aprimoramento dos processos e controles internos. Os planos de ação são aprovados e acompanhados sistematicamente pelo comitê de riscos e *compliance*.

Com relação ao atendimento dos requisitos de Basileia, o Banco gerencia seus riscos operacionais utilizando a abordagem básica para alocação de capital.

f. Risco Socioambiental

Em conformidade a Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Na condução de seus negócios, o Banco possui política, procedimentos, e práticas que visam mitigar o risco socioambiental em toda a sua cadeia produtiva, desde o estabelecimento de canais de comunicação com clientes internos e externos até o monitoramento das atividades de seus clientes tanto no momento da aprovação de crédito quanto no decurso de relacionamento com o Banco.

20. Gerenciamento do Capital

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do Patrimônio de Referência (PR) e visa assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

a. Planejamento de Capital

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, anualmente o Banco Komatsu elabora plano de capital com o objetivo de estimar o enquadramento dos limites regulatórios e de apetite de risco da instituição, de acordo com o planejamento estratégico do Banco para um horizonte de três anos.

O plano de capital é aprovado pelo Comitê de Risco e Compliance, que também é responsável pelo acompanhamento trimestral dos limites planejados em relação os valores realizados, assim como, pelo acionamento do plano de contingência de capital em caso de necessidade específica.

b. Teste de Estresse

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN e de acordo com a complexidade de suas operações, produtos e mercado de atuação, o Banco Komatsu estabelece um estudo periódico para avaliar de maneira prospectiva o impacto no capital do Banco diante de situações adversas de mercado, ou que tenham potencial de quebra de premissas de resultados consideradas no seu planejamento estratégico.

Os cenários considerados no programa de teste de estresse são um conjunto de premissas previamente definidas, que abrangem os fatores de risco relevantes e concentrações significativas, que visam estabelecer níveis severos de quebra da normalidade dos

indicadores de risco. Os cenários também são elaborados de maneira a considerar os efeitos decorrentes da interação entre os diversos fatores de riscos existentes.

O Comitê de Riscos e Compliance é o órgão interno responsável pela aprovação do teste de estresse e deliberação sobre a necessidade de realização de testes de estresse específicos, oriundos de situações adversas identificadas nas rotinas de gerenciamento de riscos.

c. Índice de Capital

O Índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio.

O Índice de Capital é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

Os Índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/13 do CMN e nº 4.193/13 do CMN, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	jun-21	dez-20
Patrimônio de Referência	113.548	108.033
PR - Nível I	113.548	108.033
Capital Principal (CP)	113.548	108.033
Capital Social	100.000	100.000
(+) Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	13.636	8.236
Ajuste ao Valor de Mercado	(88)	(203)
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	473.135	393.165
Risco de Crédito	443.640	363.028
Risco Operacional	29.495	30.137
Nível I	113.548	108.033
Capital Principal (CP)	113.548	108.033
Patrimônio de Referência	113.548	108.033
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	37.851	31.453
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	75.697	76.580

As Instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8,0% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Em 30 de junho de 2021 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 24% (27,48% em 31 de dezembro de 2020).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 do BACEN, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O índice de Alavancagem do Banco Komatsu do Brasil é de 22,84% em 30 de junho de 2021 (26,35% em 31 de dezembro de 2020).

21. Outras Receitas/(Despesas) operacionais

a. Outras Receitas /(Despesas) Operacionais

	<u>jun-21</u>	<u>jun-20</u>
Receita de Prestação de Serviços	259	194
Outras Receitas Operacionais (1)	26.277	(662)
Despesas Tributárias	(1.046)	37
TOTAL	25.490	(431)

(1) Refere-se basicamente a Variação Cambial no semestre de 2021

b. Outras Receitas e Despesas

	<u>jun-21</u>	<u>jun-20</u>
Resultado na Alienação de Vrs.de Bens Não de Uso	(66)	186
Resultado de Venda de Ativo Imobilizado de Uso	28	-
TOTAL	(38)	186

c. Outras Despesas Administrativas

	<u>jun-21</u>	<u>jun-20</u>
Despesas de Processamento de Dados	(522)	(543)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(390)	(581)
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	(95)	(89)
Outras Despesas Administrativas	(119)	(70)
Despesas com Aluguéis	(169)	(169)
Despesas com Transportes	(6)	(6)
Despesas de Comunicação	(35)	(33)
Despesas de Viagens	(70)	(107)
Despesas de Publicações	(108)	(25)
Despesas de Depreciação	(85)	(95)
Despesas c/ Seguros	(59)	(66)
Despesas c/Emol.Judiciais e Cartorários	(141)	(35)
Despesas c/Promoções e Relações Públicas	(12)	(8)
TOTAL	(1.811)	(1.827)

d. Despesas de Pessoal e Honorários da Diretoria

	<u>jun-21</u>	<u>jun-20</u>
Proventos e Ordenados (1)	(2.255)	(2.551)
Encargos Sociais (2)	(892)	(921)
Benefícios (3)	(416)	(452)
Treinamento	-	(7)
TOTAL	(3.563)	(3.931)

(1) Composição da abertura de Proventos e Ordenados para Diretores R\$ 1.238, e para Funcionários R\$ 1.017

(2) Composição da abertura dos Encargos Sociais para Diretores R\$ 486, e para Funcionários R\$ 406

(3) Composição da abertura dos Benefícios para Diretores R\$ 75, e para Funcionários R\$ 341

22. Outras Informações

a. Remuneração de Pessoal Chave da Administração

A Resolução do CMN nº 3.921/12 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal. O Banco trabalha no momento com remuneração variável.

b. Ativos e Passivos Contingentes

O Banco não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível.

c. Resultado de Exercícios Futuros

Refere-se as receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda., no montante de R\$ 6.009 em 30 de junho de 2021 e R\$ 5.144 em 30 de dezembro de 2020.

d. Eventos Subsequentes

A Medida Provisória nº 1.034/21 alterou a Lei nº 7.689/88 e a Lei Complementar nº 105/01 em seu Artigo 1º- Inciso I, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para Bancos, de 20% para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período para o Banco.

Destacamos como evento subsequente a retomada de máquinas em junho/21 no montante de R\$ 15.582, onde foram vendidas em agosto/21.

Paulo Alves
CEO/CFO

Luciana Moreno
Contadora
CRC 1SP222274/O-0